

Crédito e imperialismo na economia brasileira: o caso das companhias de seguros (1889-1914).

Beatriz Duarte Lanna
FFLCH/USP

Resumo:

O presente texto tem como objetivo analisar a economia brasileira no período compreendido entre 1889 e 1914 a partir da formação e atuação das companhias de seguros, nacionais e estrangeiras, que aqui se estabeleceram. Para além do entendimento da atividade apenas seguradora dessas companhias, buscar-se-á investigar as possibilidades de concessão de crédito por elas realizada. A pesquisa empírica realizada revelou ser pertinente a hipótese da atividade creditícia ter convivido com a venda de seguros no período em questão.

Palavras-chave: capital estrangeiro; economia cafeeira; crédito; primeira República brasileira; companhias de seguros.

Key words: Foreign capital; coffee economy; credit; first Brazilian republic; insurance companies.

Apresentação do tema:

A partir da análise da atuação das companhias de seguros no território brasileiro, tem-se como objetivo fundamental melhor compreender o período de expansão imperialista e suas repercussões no desenvolvimento econômico fluminense e paulista, territórios privilegiados durante a pesquisa empírica. Parte-se do princípio de que a vinda de companhias de seguros estrangeiras ao Brasil no período em questão coaduna-se com a característica fundamental do imperialismo, a saber, a exportação de capital sobre acumulado no centro em busca de novas possibilidades de valorização na

periferia.¹ A ampla necessidade de financiamento por parte da economia brasileira no período em questão fez da importação dessa massa de capitais um consenso por parte dos governos e elites locais, que levam adiante o projeto de atração dos investimentos estrangeiros a partir da crença de sua imprescindibilidade (BASTOS, 2001, p. 26).

A transição republicana, período donde implantaram-se medidas de impulso ao mercado de crédito e reformas legais de estímulo ao aquecimento econômico (medidas estas que teriam desembocado na chamada crise do "Encilhamento"), aparece como momento privilegiado para que se compreenda a construção e afirmação dos laços capitalistas no Brasil (TANNURI, 1982). Tem-se como marcos para a análise do período os momentos recessivos do fim do governo de Joaquim Murinho, Ministro da Fazenda do presidente Campos Sales responsável pelo "saneamento" da economia, e o período de ascensão dos investimentos estrangeiros no Brasil, entre 1906 e 1914. Dentre as transformações estruturais pelas quais o Brasil passou nesse período, cita-se a abolição da escravidão, a entrada significativa de imigrantes no país a partir da década de 1880 e a enorme necessidade de monetizar uma economia que, ainda há pouco, não remunerava sua força de trabalho. Cabe chamar atenção para o fato de que não apenas a disponibilidade de moeda na economia brasileira de então era muito baixa como também a velocidade de circulação desses papéis, devido à enorme dispersão geográfica das atividades produtivas, não acompanhava o processo de expansão econômica em curso (FURTADO, 1959, p. 277; DEAN, 1971, p. 20).

Para que se realize a investigação aqui proposta faz-se necessário entender o movimento do capital dessas companhias de seguro, bem como sua origem e as condições de sua circulação. A emergência da atividade emprestadora pode ser compreendida a partir da formação de saldos ociosos, frutos de capital monetário acumulado nas funções propriamente seguradoras, isto é, *originais*, dessas empresas. A análise das companhias em seu papel primordial de concessão de seguros permite que se entenda o processo de formação dos rendimentos disponíveis para empréstimo.

¹ A respeito da expansão imperialista europeia, cita-se: Vladimir Lênin, *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2008; John A. Hobson, *Estudio del Imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981; Eric Hobsbawm, *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011; Nicolai Bukharin, *La economía mundial y el imperialismo*: Córdoba: Passado e Presente, 1973.

As companhias de seguros, em ambas as funções de seguradoras e emprestadoras, constituíram-se como instrumento de auxílio e proteção do capital por permitirem o adiantamento de dinheiro a ser aplicado em novas frentes produtivas, além de propiciarem melhores condições de circulação das mercadorias.² Estimularam ainda o investimento e o desenvolvimento da economia brasileira ao garantirem os riscos da utilização de novas tecnologias (HILFERDING, 1985, p. 74). Sua atuação apresenta-se, portanto, como determinante no contexto de formação dos laços capitalistas em economias agrário-exportadoras como a paulista e a fluminense de então. As repercussões do funcionamento dessas companhias ocorrem em um contexto de ascensão da atividade industrial e de novas possibilidades de valorização do capital.

A partir da pesquisa com as fontes primárias até agora realizada, é possível afirmar que a abertura das companhias de seguros no Brasil de então foi acompanhada pela elaboração de uma legislação específica capaz de fiscalizar e conduzir a atuação dessas empresas. Cita-se como exemplo a criação da Superintendência de Seguros, em dezembro de 1901, pelo Ministro da Fazenda Joaquim Murinho. Esse órgão, cuja jurisdição abarcava todo o território nacional, era responsável pela concessão das cartas patentes de funcionamento às companhias e pela fiscalização da sua capacidade de assumir riscos. O *Regulamento Murinho*, como ficou conhecido, pode ser lido na íntegra no Diário Oficial (BRASIL, 1901, p. 02).

Tal documentação mostra ser verossímil a hipótese aqui apresentada das companhias terem assumido a função de emprestadoras; a fiscalização federal faz referência ao uso dos saldos ociosos sobranes, que permaneceriam no caixa após o pagamento das despesas, dos segurados, dos dividendos e sinistros: tais recursos teriam

² A ascensão das companhias de seguros pode ser considerada parte do processo da evolução institucional experimentada pelo desenvolvimento capitalista nos países ocidentais; a esse respeito, ver: Douglas North & Robert Paul Thomas, "An economic theory of the growth of the Western World", *Economic history review*. Volume XXII, n. 1, 1970. Outros exemplos da literatura estrangeira sobre as companhias de seguros para distintos recortes temporais: D. Jenkins, "The practice of insurance against fire, 1750-1840, and historical research", in WESTALL, Oliver, *The historian and the business of insurance*. Manchester: Manchester University Press, 1984; Robin Pearson, "Towards an historical model of services innovation: the case of the insurance industry, 1700-1914", *Economic history review*, n.2, 1997; Barry Supple, "Insurance in British History" in WESTALL, Oliver, *The historian and the business of insurance*. Manchester: Manchester University Press, 1984; WESTALL, Oliver. *Collusion and competition: the framework of enterprise in British general insurance*. NUNES, Clara. *Insurance in industrial societies: from 18th century to today*. Sevilla: 12th International Economic History Congress, 1998.

a obrigação de serem aplicados no território brasileiro, em valores nacionais, em atividades como compra de apólices da dívida pública, imóveis, propriedades rurais e hipotecas. Dentre outras regulamentações apresentadas pelo documento, cita-se a necessidade das seguradoras nacionais e estrangeiras aceitarem riscos de cada seguro correspondentes ao máximo de 20% do capital realizado no país; as cartas patentes de funcionamento só seriam concedidas às companhias que depositassem 200:000\$ no Tesouro Nacional na forma de títulos da dívida pública, afim de formarem uma reserva antifraude.

A análise a respeito da atividade seguradora e financeira das companhias de seguros, muito pouco explorada pelos trabalhos da historiografia econômica,³ configura-se como uma dimensão importante das economias paulista e fluminense do final do século XIX e início do XX. Investigações a respeito do impacto dessas companhias na conjuntura econômica brasileira a partir da segunda metade do século XIX são praticamente inexistentes. Dada a ampla frente de atuação dessas empresas e o subsequente impacto por elas exercido (possível de ser afirmado desde já a partir da pesquisa empírica apresentada e dos trabalhos acerca do tema anteriormente realizados)⁴, conclui-se que a investigação aqui proposta contribui para o campo dos estudos de história econômica do Brasil do final do século XIX e início do XX.

O crédito em seus fundamentos teóricos:

Para a compreensão da função financeira das companhias de seguro, faz-se necessária a apresentação da questão do *crédito* em seus termos teóricos; buscar-se-á fazê-lo a partir das proposições a esse respeito apresentadas por Rudolf Hilferding em *O Capital Financeiro* (1985). Nota-se que a análise do curso do dinheiro, bem como da

³ Cita-se como exemplo de trabalhos que tratam das companhias de seguro com distintos recortes temporais: Alexandre Saes & Thiago Gambi, “A formação das companhias de seguro na economia brasileira (1808-1864)”. *História Econômica e História de Empresas*. XII. 2, 2009; Ana Célia Castro, *As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979; Saulo Santiago Bohrer, *Mercado de seguros luso-brasileiro: a casa de seguros de Lisboa e do Rio de Janeiro, 1758-1831*. Niterói: UFF, 2010.

⁴Cf. SAES, Alexandre & GAMBI, Thiago, obra citada, p. 01. Afirmam os autores que as companhias de seguro do período compreendido entre 1808-1864, apesar de numericamente pouco relevantes (formavam apenas 3,1% do total das empresas de então) correspondiam à expressiva quantia de 23,1% do capital das sociedades formadas.

sua função como meio de pagamento, foi anteriormente realizada por Marx (1985a, p.114).

Em sua análise a respeito do crédito e do dinheiro, afirma o autor ser necessária a diferenciação deste último como *meio de circulação* e como *meio de pagamento*. Sob a primeira classificação, o dinheiro se apresenta como simples intermediário da circulação de bens, como forma pela qual o valor da mercadoria se expressa de maneira socialmente válida; na impossibilidade de servirem como expressão direta de seu próprio valor de troca, as mercadorias devem ser permutadas a partir de um equivalente universal que seja também, ele próprio, um valor passível de compra e venda.(HILFERDING, 1985, p.44)

Como *meio de pagamento*, porém, a forma dinheiro enseja uma relação econômica mais complexa. Tal denominação refere-se às transações em que a venda da mercadoria e seu respectivo pagamento não coincidem temporalmente, isto é, quando a mercadoria é vendida porém paga mais adiante. A relação social intrínseca ao contato entre vendedor e comprador se estabelece, portanto, antes que o dinheiro apareça e exerça sua função; a consumação do ciclo da mercadoria, nesse caso, não é completada. Ela é entregue em troca de uma letra de câmbio ou de uma nota promissória, e cria-se uma dívida privada entre os sujeitos da troca. Cabe aqui chamar atenção para o fato de que, para Marx (1985b, p. 337), não deve haver dicotomia entre circulação e capital. O dinheiro pode circular tanto na sua forma *rendimento* (meio de circulação) quanto na sua forma *capital* (meio de pagamento).

Tem-se aqui importante momento na teoria do dinheiro de Hilferding, de especial interesse para o tema deste texto, pois o autor faz a definição do que considera ser *moeda fiduciária*. Diferentemente de outras definições que a denominam como papel-moeda estatal de curso forçado, segundo o autor a moeda fiduciária define-se justamente por ser a que pagará a dívida particular estabelecida entre o vendedor e o comprador que realizarem sua troca através do dinheiro como meio de pagamento. Ela é garantida de forma privada, a partir de uma relação específica entre os contraentes, ao contrário do papel-moeda estatal de curso forçado, que é emitido pelo Estado e

garantido socialmente: “O papel moeda estatal não se fundamenta, em contrapartida, em nenhuma relação de crédito, sendo de todo errôneo qualifica-lo de dívida do Estado ou de moeda fiduciária.” (HILFERDING, 1985, p. 67).

Para além das implicações da definição específica de moeda fiduciária feita por Hilferding, tal formulação é pertinente por apresentar os mecanismos pelos quais as relações capitalistas se complexificam conforme se desenrolam; a emergência do dinheiro como meio de pagamento e não mais como simples meio de circulação, a perda de simultaneidade do momento da *obtenção* e o momento de *pagamento* da mercadoria, a concessão de letras de câmbio que funcionam como moeda fiduciária e adiam a entrada da riqueza real no ciclo de trocas, todos esses aspectos parecem denotar o modo como as condições de circulação tornam-se mais complexas ao longo da evolução do capitalismo.

Pode-se afirmar que as companhias de seguro aqui formadas (ou que aqui instalaram suas casas filiais) contribuíram para o processo de modernização capitalista acima referidos no que diz respeito à formação do crédito na segunda metade do século XIX e início do XX.

Partindo do pressuposto de que a maior parte das relações de compra e venda na economia brasileira do período em questão se estabelece através do dinheiro como *meio de pagamento* e que não mais se faz obrigatória a relação imediata entre os atos de compra e pagamento das mercadorias, o *crédito* de fato apresenta-se como tema digno de análise para que se compreenda a história econômica brasileira do período referido.

O tema do crédito, cuja importância para a produção capitalista é apresentada por Marx (1985b, 331), foi bastante tratado na historiografia econômica.⁵ A conhecida controvérsia do colapso envolvendo os membros da social democracia alemã do final do

⁵ Cita-se como exemplo de obras que trataram do crédito no âmbito da economia brasileira: Flávio Azevedo Saes, *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista (1850-1950)*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986; Gail Triner, *Banking and economic development: Brazil, 1889-1930*. New York: Palgrave, 2000; Anne Hanley, *Native Capital: financial institutions and economic development in São Paulo, Brazil, 1850-1920*. Stanford: Stanford University Press, 2005. A respeito do crédito concedido pela figura do *comissário*, cita-se: Maria Sylvania de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983; Stanley Stein, *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

século XIX e início do XX dividiu opiniões a respeito do sistema de crédito e da função dos cartéis. Autores como R. Hilferding (1985) e E. Bernstein (1997) afirmaram que as crises econômicas seriam atenuadas pela concentração industrial e pelo domínio dos bancos sobre as fábricas; em oposição, R. Luxemburgo (1985) tratou os fatores da suposta atenuação das crises como aceleradores das contradições inerentes ao capital. A questão já havia sido tratada por Marx na sua apresentação da condição dialética do crédito, ele próprio uma estrutura econômica contraditória que, ao mesmo tempo em que estimula (*Aufhebung*) e protege o movimento do capital, também o destrói, pois acirra as crises de superprodução e acelera a passagem da apropriação privada dos meios de produção para as sociedades por ações, constitutivas da fase final do capitalismo (MARX, 1985b, p. 22).

Para que se continue a apresentá-lo a partir dos seus pressupostos teóricos, deve-se atentar à diferenciação do crédito como empréstimo a juros fornecido pelo proprietário do dinheiro (*crédito de capital*) e como crédito simples advindo da transformação do dinheiro de meio de circulação para meio de pagamento (*crédito de circulação*). Segundo Hilferding (1985, p.90), o *crédito de circulação* é aquele que, em uma função menos complexa, apenas permite a compra da produção na ausência de moeda corrente, de modo a se estabelecer a dívida privada entre contraentes já referida acima.

O *crédito de capital*, por sua vez, tem como principal função converter dinheiro ocioso em capital monetário ativo. Define-se como uma das atividades constitutivas do capital bancário: “A maior parte do capital bancário é, portanto, puramente fictícia e consiste em títulos de dívidas (letras de câmbio), títulos de dívida pública (que representam capital passado), e ações (direitos sobre rendimentos futuros)”. (MARX, 1985, p. 9). Uma parte do capital global dos ciclos produtivos poderá, em determinado momento, se encontrar ocioso. Tal ociosidade, porém, é perniciosa ao desenvolvimento capitalista; a metamorfose desse capital monetário estéril em ativo torna-se uma necessidade para a contínua produção de lucros. Este processo de transferência se desenvolverá mediante o instrumento do crédito em sua nova função, a de reduzir ao mínimo a ociosidade do capital: “O valor de uso do dinheiro é funcionar como capital, isto é,

produzir mais valia; o dinheiro que produziu valor torna-se capital realizado e é pago ao prestamista na forma do juro" (MARX, 1985b, p. 267).

A formação dos circuitos de crédito globais:

No que diz respeito a formação dos circuitos de crédito globais, cabe aqui entender como se constituíram e como penetraram na economia real brasileira do período em questão. A análise terá como base os ciclos sistêmicos de acumulação apresentados por Giovanni Arrighi (1996); segundo o autor, esses ciclos seriam marcados por fases de significativa expansão material da economia, cujo ápice levaria à uma intensa concorrência interestatal. O desenvolvimento capitalista fruto desse período produtivo culminaria em dificuldades de realização do capital em sua forma mercadoria, obrigando-o a migrar rumo à esfera financeira. Dentre as fases dos ciclos apresentados pelo autor ao longo da obra privilegiaremos a análise da fase financeira do ciclo de acumulação britânico, que estende-se, grosso modo, entre os anos de 1873 até 1914 (ARRIGHI, 1996, 236).

Durante o período de expansão material da economia britânica (1750-1870), assistiu-se a um amplo incremento da indústria de bens de capital e da capacidade produtiva disponível; esse contínuo crescimento, no entanto, acabou por esbarrar nas contradições intrínsecas do desenvolvimento capitalista e esteve fadado a terminar em uma expansão financeira. A impossibilidade da capacidade de consumo acompanhar os surtos produtivos levou à existência de fatores de produção ociosos e à superacumulação de capital incapaz de ser absorvido (ARRIGHI, 1996, p. 195). Em seguida à forte aceleração dos circuitos de comércio, e da rapidez com que o capital monetário se transformou em mercadoria, a economia mundial a partir da segunda metade do século XIX foi marcada por uma escalada da competição por mercados e pela disputa por possibilidades de realização das mercadorias (ARRIGHI, 1996, p. 169). Tais disputas levaram à uma enorme queda dos preços e da taxa de juros. A concorrência torna-se tão acirrada que muitos dos cartéis imperialistas passam a viver da sua "capacidade de crédito" e da "potência de seu capital", a saber, sobrevivem não

mais dos lucros auferidos em sua atividade fundamental e sim da capacidade que possuem de continuar competindo com outras companhias sem obterem lucro algum, já que sustentam, cada vez mais, seus preços em níveis muito baixos, por vezes menores que os custos de produção (BUCKARIN, 1973, p. 116). O resultado da escalada competitiva foi a recusa, por parte dos capitalistas, de reinvestirem seus escassos lucros numa nova expansão material. As linhas comerciais estabelecidas não podiam mais garantir a lucratividade dos investimentos. Em momentos como esse opta-se por aplicar o capital excedente em circuitos financeiros, cuja garantia de valorização é maior. Ou então tem-se o "ajuste espacial" ao qual se referiu David Harvey (2005, p. 152), isto é, a exportação de capital sobreacumulado em direção a regiões com amplas possibilidades de valorização.

Com a escalada das competições e com o fim da expansão material e início da financeira, a situação da concessão de crédito muda muito; tem-se uma ampla complexificação dos circuitos financeiros na Grã-Bretanha e em outros países europeus. Enquanto a expansão mercantil esteve em curso, na primeira metade do século XIX, as empresas com excesso de liquidez capazes de transferirem seus recursos monetários eram fundamentalmente empresas agrícolas (ARRIGHI, 1996, p. 169). Com o passar do tempo, no entanto, conforme a expansão mercantil se esgota e as pressões competitivas se intensificam, outras empresas para além das agrícolas (comerciais e industriais, por exemplo) deixam de reinvestir seus recursos excedentes nas suas funções originais e migram em direção às finanças. Essa manutenção do capital na forma líquida, ao invés do seu reinvestimento produtivo, e, acima de tudo, *a realocação desses recursos excedentes em escala global*, permitirá que a instituição do crédito no contexto brasileiro em muito se modifique. Tal crédito advindo da expansão financeira britânica teorizada por Arrighi atingiu a economia real brasileira e afetou a incipiente formação do capital industrial do período. Alterou também o cenário do crédito rural e permitiu a ampliação da atividade dos bancos (SAES, 1986).

No que diz respeito ao processo de formação do crédito, afirma Hilferding que nos processos produtivos *descontínuos* e *vulneráveis* (como exemplo cita-se a agricultura) a periodicidade da liberação de capital ocioso é bastante frequente; caberia

aqui acrescentar, portanto, que os ciclos da economia cafeeira brasileira do século XIX e início do XX, cujas mercadorias produzidas dependem de condições sazonais e definem-se pela inelasticidade da demanda (DELFIM NETTO, 1959), encaixam-se nesta definição de atividade capaz de gerar ampla disponibilidade de capital ocioso. O *vazamento* de capital do núcleo agrícola da economia cafeeira em direção às indústrias embrionárias, explicativo do processo de formação de capital industrial próprio a São Paulo, poderia servir de exemplo empírico dessa transferência (MELLO, 1994). É possível concluir que se a economia cafeeira era favorável à liberação de capital monetário, era também fonte para a formação do crédito em suas bases primitivas. Em relação à atividade bancária de então, a princípio os grandes bancos encontravam-se envolvidos em operações de vulto como financiamento do comércio exterior ou compra de títulos da dívida pública; com o desenrolar da segunda metade do século XIX, no entanto, essas instituições voltam-se ao financiamento do mercado interno através da concessão de crédito para brasileiros (SAES, 1986, p.117).

Crédito e companhias de seguros:

O capital fruto das crises de superacumulação pode existir sob mais de uma forma. Tem-se capital sobreacumulado na forma de moeda, na forma de capacidade produtiva excessiva ou na simples forma mercadoria (HARVEY, 2005, p. 138). Para que seja possível haver a realocação do excedente, é necessário que as diferentes formas do capital sejam convertidas à sua espécie monetária, a mais fácil de ser exportada em busca das vantagens dos diferenciais geográficos. É apenas após a conversão do capital excedente na sua forma puramente monetária que será possível, no novo espaço em que ele estiver, empreendê-lo em frentes como criação de infraestrutura, construção de companhias, ou concessão de serviços, crédito e seguros (HARVEY, 2005, p.136). A transformação de grande parte dos recursos excedentes para a forma dinheiro é acima de tudo uma necessidade a qual os países do centro do capitalismo se veem atrelados; nas épocas de crise características dos períodos de realocação geográfica tal passagem nem sempre se faz de forma tranquila, e pode acarretar distúrbios e ambiguidades (HARVEY, 2005, p. 140).

Cabe aqui ressaltar que o processo de exportação do capital pressupõe, como contrapartida ao movimento de internacionalização das finanças, a fixação territorial em algum espaço nacional. Mesmo a preferência pela liquidez, característica fundamental da forma financeira do capital, a saber, a mais fetichizada de todas, não pode prescindir da produção de valor; esta última só será levada a cabo a partir de condições materiais de produção adequadas, de capital imobilizado e, sobretudo, a partir da territorialidade de algum Estado Nacional que permita a existência do capital em sua forma fixa. A completa desterritorialização da riqueza, portanto, não pode existir na prática (SECCO, 2006).

De qualquer forma, seja na forma líquida ou produtiva, a partir da segunda metade do século XIX (sobretudo a partir de 1870) as empresas estrangeiras aplicam seus recursos excedentes em novos territórios onde o vislumbre de valorização é mais promissor. Esse processo de ajuste geográfico do capital conheceu a abertura de companhias as mais diversas na periferia, interessadas todas nas coerências estruturadas que pudessem encontrar fora dos seus respectivos processos nacionais e endógenos de acumulação. No que diz respeito às companhias de seguros, como afirmado acima, podemos verificar sua ampla penetração na economia brasileira a partir da década de 1860. Cabe aqui acrescentar que em meio à expansão financeira característica da economia global de então, podemos comprovar a concessão de crédito por parte de seguradoras, que transferem o capital sobre acumulado nas suas funções originais em direção à sua função financeira (BRASIL, 1895, p.01; BRASIL, 1895, p. 03; BRASIL, 1896a, p. 19; BRASIL, 1901, p. 09). Considerando as fracas bases nas quais funcionava a atividade creditícia no Brasil de então, a inserção das seguradoras no universo do capital financeiro contribuiu para que se ampliassem as opções de concessão de crédito. Durante grande parte do século XIX o sistema financeiro brasileiro baseou-se na concessão de crédito comercial simples, em transações cambiais e no financiamento de especulação com propriedades imobiliárias. Investimento com prazos mais longos não eram aceitos. A formação de instituições que permitem a melhor fruição do capital na sua forma monetária (desde bancos e companhias de seguros, até corretoras e outros

estabelecimentos de serviços) contribui para que o cenário financeiro no Brasil de então se complexifique.

As companhias de seguros exerceram um papel significativo na constituição do mercado interno nacional; a formação deste último foi determinante para que as seguradoras ampliassem sua atuação, já que o desenvolvimento de circuitos mercantis internos pressupõe um aumento da circulação de mercadorias que precisam ser seguradas (CASTRO, 1979, p. 28). Essa mesma intensificação da circulação de bens vendáveis possibilita um maior acúmulo de saldos ociosos, a serem transformados em capital monetário ativo pelas instituições de crédito que puderem captá-los. Tem-se aqui a formação do efeito recíproco que permite o despontar contínuo do crédito, movimento apresentado por Marx (1985b, p.22): com o desenvolvimento da produção são ampliadas as possibilidades de formação de saldos ociosos e, portanto, de crédito; com o crédito tem-se mais possibilidades de expansão das operações industriais e mercantis, e, portanto, novas possibilidades de formação de excedente financeiro. É esse o ciclo que permite que a atividade creditícia emergja e se multiplique. Conclui-se a impossibilidade de haver crédito e expansão financeira se não houver a priori uma ampla expansão material e produtiva, característica básica dos ciclos de acumulação apresentados por Arrighi (1996).

A atividade das companhias pode ser devidamente inserida na movimentação da economia real do período em questão em São Paulo e no Rio de Janeiro. Para tanto deve-se compreender as especificidades das economias em ambos os estados, entendendo sob quais condições de produção o crédito e os seguros eram concedidos. A crise da cafeicultura do Vale do Paraíba no final do século XIX coincide com a ascensão desse cultivo no território paulista. Se no Rio de Janeiro o eixo econômico passa a se relacionar de forma estreita à sua condição de centro político e à movimentação do porto, em São Paulo a base para o desenvolvimento econômico centra-se na produção cafeeira (LEVY, 1994, p. 122). Sendo o café o principal produto de exportação do Brasil à época, a análise de seus ciclos mostra-se fundamental; a atividade das companhias seguradoras de café se intensificou nos momentos de alta do preço do produto primário, determinantes para a adoção de políticas econômicas

restritivas e câmbio valorizado. Mas as companhias também puderam se beneficiar do período de baixa dos preços, quando verifica-se a adoção de política econômica expansionista e câmbio desvalorizado (mecanismo que permite a compensação dos maus preços do produto através do aumento da exportação).⁶ Como já afirmado anteriormente, a formação do capital ocioso das empresas de seguro está estreitamente vinculada aos lucros da atividade original das mesmas; as flutuações da demanda e oferta do café eram estruturais para as companhias que o segurasse.

A esse respeito cabe frisar a importância de se articular a análise das políticas econômicas expansionistas ou restritivas à devida investigação da economia real, isto é, às determinantes estruturais que condicionavam as duas principais fontes de lucro das companhias de seguro: sua atividade seguradora e financeira. O fato do Estado brasileiro à época ter escolhido se financiar através da emissão de títulos da dívida pública estimulou as seguradoras a comprarem tais títulos (BRASIL, 1896b, p. 06). Tal procedimento se coaduna com os princípios políticos e econômicos que conduziram a segunda metade do século XIX, quando assiste-se ao estabelecimento de laços estreitos de dependência do governo à capacidade credora de empresas estrangeiras, em especial aquelas cujos lucros permitiam que especulassem em torno do financiamento estatal de países pobres.⁷ Durante a década de 1890 e no início do século XX, não buscou-se no Brasil tornar o ritmo do mercado doméstico de crédito distinto do internacional. Ao contrário, é possível constatar para esse período a subordinação da concessão de crédito às possibilidades de financiamento internacional (BASTOS, 2001, p. 97).

De fato, a emissão de títulos públicos cresceu muito a partir da ascensão de Rui Barbosa ao ministério da Fazenda, em 1889, quando os papéis do Estado passam a funcionar como lastro à moeda. Tal medida expansionista tinha como objetivo liberar recursos anteriormente entesourados, de modo que o ouro deixasse de ser utilizado para o lastro e pudesse financiar a infraestrutura necessária à formação da atividade

⁶ Segundo Delfim Netto (1959, p. 19), os movimentos da taxa cambial são determinantes para que se amortça a queda dos preços no mercado externo. A respeito da corrosão do preço da força de trabalho, fruto da inflação e das desvalorizações cambiais cita-se FURTADO, 1959.

⁷ CHESNAIS, 2005, p. 24. Segundo o autor, a escolha pelo financiamento estatal através da dívida (e não pelos impostos, por exemplo) configura-se como clara opção política dos países periféricos ajustada aos interesses do capital financeiro estrangeiro, que se retroalimenta dos juros pagos.

industrial, extremamente incipiente (LEVY, 1994, p. 18). É nesse contexto que assiste-se à escassez de títulos da dívida pública no mercado e à uma maior procura por outros investimentos que não os papéis estatais; sob tais condições parece bastante verossímil afirmar que as companhias de seguros aproveitaram a ausência de títulos da dívida no mercado e lançaram suas próprias debêntures.

A existência de múltiplos vínculos capazes de ampliar a atuação dos donos das companhias de seguros e a diversificação do capital de um mesmo proprietário condizem com a dinâmica da vida econômica paulista e fluminense da segunda metade do século XIX e início do XX, quando em ambos os territórios os fazendeiros optaram por urbanizar e diversificar sua produção; no caso paulista tem-se o *capital cafeeiro* e a extensa gama de atividades nas quais os proprietários das fazendas encontravam-se envolvidos (SILVA, 1995). O núcleo agrícola deste complexo é apenas uma dentre várias frentes de investimento, pois o capital cafeeiro da segunda metade do século XIX define-se por ser constituído também pelo capital bancário, industrial e comercial. Para o caso da diversificação econômica no Rio de Janeiro, convém entender o processo de diminuição das exportações de café a partir da década de 1880 e a ascensão de atividades ligadas à importação e distribuição de mercadorias estrangeiras, além das ocupações produtivas relacionadas à burocracia e às funções públicas que o status político de capital concediam à cidade (LEVY, 1994, p. 135).

A respeito da política econômica estatal e da sua reverberação nas atividades das seguradoras, tem-se que as políticas econômicas restritivas dos ministros *metalistas*, contrários à emissão fiduciária e à ampliação do número de bancos, favoreceram a função emprestadora das companhias, na medida em as medidas governamentais de desestímulo à expansão bancária, acompanhadas do cumprimento do padrão ouro e da valorização do câmbio, se constituíam como benéficas à ascensão de outras instituições financeiras para além das bancárias. Tai medidas podem, no entanto, ter sido desfavoráveis à concessão de seguros, por exemplo, de seguradoras nacionais que contassem com a desvalorização cambial para maior exportação do café. Por outro lado, as empresas de seguros estrangeiras se posicionariam de maneira favorável ao câmbio

alto, pois evitariam assim a corrosão dos seus rendimentos quando fossem os remeter às respectivas sedes.

Apesar de não possuímos pesquisa empírica capaz de comprovar tal proposição, a ampla necessidade de crédito por parte dos processos tardios de industrialização, já constatada pela historiografia, (GERSCHENKRON, 1966) torna a possibilidade de obtenção de empréstimos a partir das seguradoras uma hipótese plausível.⁸ O mesmo no que diz respeito à reestruturação pela qual a estrutura rural brasileira passou a partir da década de 1880: o fim da escravidão e a instauração de novas relações de produção na agricultura fizeram do crédito à lavoura uma demanda constante por parte dos fazendeiros, que pressionaram o governo em nome de medidas de estímulo e subsídio. A concessão de crédito para os grupos recém-saídos da estrutura escravista tornou-se uma questão fundamental no Brasil de então.

Concluimos que sob declínio da expansão material e intensificação dos circuitos financeiros que marcaram a economia global após a década de 70 do século XIX, as companhias de seguros instaladas no Brasil também passaram a ampliar suas funções financeiras. Como sugerido por John Hicks (1969, p. 45) a diversificação é parte constitutiva da economia capitalista; o reinvestimento dos lucros excedentes em frentes produtivas distintas do ramo comercial original é condição para a permanência da acumulação. O reinvestimento contínuo na mesma frente faz com que os preços dos insumos para essa produção fiquem muito altos e que o preço da venda, devido à competição, torne-se cada vez menor. É sob tais condições que o lucro diminui e a acumulação fica comprometida.

Segundo o autor, a diversificação produtiva que substitui o ramo original da empresa pode mesmo se apresentar, para o agente capitalista, como uma frente mais lucrativa que a

⁸ A origem do capital industrial brasileiro foi tema desenvolvido por diversos autores da historiografia econômica, preocupados em entender a especificidade do nosso processo de industrialização. Cita-se como exemplo de obras clássicas: Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1959; Warren Dean, *A industrialização em São Paulo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971; Roberto Simonsen *Evolução industrial no Brasil e outros estudos*. São Paulo: Nacional, 1973.; João Manuel Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1994; Nícia Vilela Luz, *A luta pela industrialização no Brasil (1808 – 1930)*. Difel, 1961; Maria Conceição Tavares, *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

anterior. Acrescentamos que a expansão financeira de empresas anteriormente comprometidas com o setor industrial, comercial ou de serviços pode ter representado uma melhor possibilidade de valorização de um capital que, devido às crises inerentes aos ciclos de acumulação, torna-se incapaz de se realizar na esfera produtiva. Sob tais circunstâncias, tanto a função original quanto a diversificação comercial das companhias de seguros no Brasil teria aumentado os circuitos financeiros por aqui ainda incipientes.

A própria emergência da necessidade de outros agentes, para além dos bancos nacionais ou estrangeiros, capazes de suprir a demanda por crédito na economia brasileira, pode ser identificada como sinal da sua maior dinamização, além de comprovar um aumento da importância do capital financeiro nos circuitos de valorização. O surgimento de novas instituições ligadas às finanças altera o quadro da concessão de crédito no período em questão; cita-se como exemplo de agentes financiadores de então: negociantes, lavradores, comerciantes, “capitalistas”, comissários, bancos nacionais e internacionais.

Como exposto acima ao longo do texto, há uma relação estreita entre o desenvolvimento da economia real e a instituição do crédito. Com o crescimento da riqueza material, observamos o movimento dos “capitalistas que se retiram”, isto é, aqueles que se afastam das suas funções produtivas originais e migram em direção ao rentismo. A ampliação do número de banqueiros, prestamistas, financistas, e, acreditamos poder afirmar, dos proprietários de companhias de seguros, em muito incentiva o desenvolvimento do crédito e reformula as bases da economia capitalista.

Referências bibliográficas:

ARRIGHI, Giovanni, *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: UNESP, 1996.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth, *A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954)*. Campinas: UNICAMP. IE, 2001

BERNSTEIN, Eduard, *Socialismo evolucionário*. Rio de Janeiro: Instituto Teotonio Vilela/jorge Zahar, 1997.

BOHRER, Saulo Santiago, *Mercado de seguros luso-brasileiro: a casa de seguros de Lisboa e do Rio de Janeiro, 1758-1831*. Niterói: UFF, 2010;

BUKHARIN, Nicolai , *La economía mundial y el imperialismo*. Córdoba: Passado e Presente, 1973.

CARDOSO DE MELLO, J. M., *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CASTRO, Ana Célia, *As empresas estrangeiras no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

CHESNAIS, François, *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo, Boitempo, 2005.

DEAN, Warren, *A industrialização em São Paulo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983.

FURTADO, Celso, *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1959.

GERSCHENKRON, Alexander, *Economic Backwardness in Historical Perspective*. Cambridge: Harvard University Press, 1966.

HANLEY, Anne, *Native Capital: financial institutions and economic development in São Paulo, Brazil, 1850-1920*. Stanford: Stanford University Press, 2005

HARVEY, David, *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HICKS, John, *A theory of economic history*. Oxford: Clarendon. Press, 1969.

HILFERDING, Rudolf, *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural. Coleção Os Economistas. 1985.

HOBSON, John A., *Estudio del Imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

JENKINS, D. “The practice of insurance against fire 1750-1840, and historical research”.

LÊNIN, Vladimir, *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2008.

LEVY, Maria Barbara, *A indústria do Rio de Janeiro através das suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

LUXEMBURGO, Rosa, *A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural. Coleção Os Economistas. 1985.

LUZ, Nícia Vilela, *A luta pela industrialização no Brasil, 1808 – 1930*. Difel, 1961.

MARX, Karl. *O capital. Crítica da economia política*. Volume I. São Paulo, Abril Cultural, 1985a.

MARX, KARL. *O capital. Crítica da economia política*. Volume III. São Paulo, Abril Cultural, 1985b.

NETTO, A. Delfim, *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, Universidade de São Paulo, 1959

NORTH, Douglas & THOMAS, Robert Paul Thomas, “An economic theory of the growth of the Western World“, *Economic history review*. Volume XXII, n. 1, 1970

PEARSON, Robin. “Towards an historical model of services innovation: the case of the insurance industry, 1700-1914”. *Economic history review*, n.2, 1997.

SAES, Alexandre & GAMBI, Tiago, A formação as companhias de seguro na economia brasileira (1808-1864). *História Econômica e História de Empresas*. v. XII, n. 2, p. 1-36, 2009.

SAES, Flávio A. M., *Crédito e Bancos no desenvolvimento da economia paulista*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

SAES, Flávio A. M. *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SECCO, Lincoln, O imperialismo tardio. *História Revista*, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 251-272, jul./dez. 2006.

SILVA, Sérgio, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

SIMONSEN, Roberto, *Evolução industrial no Brasil e outros estudos*. São Paulo: Nacional, 1973.

STEIN, Stanley, *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

SUPPLE, Barry, “Insurance in British History”. WESTALL, Oliver. *The historian and the business of insurance*. Manchester: Manchester University Press, 1984.

SUZIGAN, Wilson, *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TANNURI, L. A., *O Encilhamento*. São Paulo: Hucitec, 1981.

TAUNAY, Afonso de E., *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939-1941.

TAVARES, Maria da Conceição, *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973

TRINER, Gail, *Banking and economic development: Brazil, 1889-1930*. New York: Palgrave, 2000.

WESTALL, Oliver, *The historian and the business of insurance*. Manchester: Manchester University Press, 1984.

WESTALL, Oliver. Collusion and competition: the framework of enterprise in British general insurance. NUNES, Clara. *Insurance in industrial societies: from 18th century to today*. Sevilla: 12th International Economic History Congress, 1998

Referências de fontes primárias:

BRASIL, Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 26 dez. 1901, seção 01

BRASIL. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 16 jul. 1895, seção 01.

BRASIL. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 23 dez. 1895, seção 01.

BRASIL. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 15 jan. 1896a, seção 01.

BRASIL. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 23 de março de 1896b, seção 01.